

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM**  
**ADMINISTRAÇÃO**

ALINE NASCIMENTO DA SILVA

**A RELEVÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NO**  
**PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES ESPECIAIS NA**  
**SALA DE AULA REGULAR**

RECIFE  
2020

ALINE NASCIMENTO DA SILVA

**A RELEVÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NO  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES ESPECIAIS NA  
SALA DE AULA REGULAR.**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para conclusão do curso de Bacharel em Administração.

Professor Orientador Esp: Horison Lopes de Oliveira

RECIFE

2020

S586r

Silva, Aline Nascimento da.

A relevância dos profissionais de educação no processo de inclusão de estudantes especiais na sala de aula regular. / Aline Nascimento da Silva. - Recife: O Autor, 2020.

32 p.

Orientador(a): Esp. Horison Lopes de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Administração, 2020.

1. Inclusão escolar. 2. Ensino fundamental. .I. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. II. Título.

CDU: 658

ALINE NASCIMENTO DA SILVA

**A RELEVÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO NO  
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES ESPECIAIS NA  
SALA DE AULA REGULAR.**

Este trabalho foi aprovado como requisito parcial para obtenção do Bacharel emm Administração, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

---

Prof.º Especialista : Horison Lopes de Oliveira  
Professor Orientador

---

Prof.º Especialista : Diego Leonel Alves de Sá  
Professor Orientador

---

Prof.º Especialista: Emanuel de Lima Xavier  
Professor Examinador

Recife, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

NOTA: \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho ao meu Deus, meus pais, meus amigos e a minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro a Deus, por me dar sabedoria e esforço para poder concluir meu curso, meus pais por sempre me incentivar, a minha amiga Mayara que sempre me ajudou e nunca me deixou desistir e sempre disse que era capaz de terminar. Sempre podemos ser capazes de fazer tudo que quisermos, só temos que acreditar, estudar e seguir frente com as dificuldades da vida.

*“As únicas grandes companhias que conseguirão ter êxito são aquelas que considerarem os seus produtos obsoletos antes que os outros o façam.”*

*Bill Gates*

## **RESUMO**

Esta monografia teve por objetivo explorar as representações, compartilhadas por vinte e cinco profissionais da educação da rede regular de ensino fundamental, acerca da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Para tanto, priorizaram-se os sistemas conversacionais mantidos na vivência da instituição escolar durante sete meses de desenvolvimento da pesquisa. As análises das informações constataram que os aspectos implícitos da instituição escolar acerca da inclusão estão atrelados a distintas representações: possibilidade de desenvolvimento educacional, espaço de socialização e práticas compensatórias. Pôde-se concluir que, enquanto não forem compreendidas as crenças, os desejos, as frustrações e os afetos dos professores quanto a sua ação profissional, eles não poderão assumir o papel de educar todo e qualquer aluno e, dessa forma, instituição escolar continuará reproduzindo o círculo cruel da diferenciação e exclusão dos estudantes. Somente seus sentidos singulares direcionarão posturas na construção e desenvolvimento de uma escola inclusiva aos indistintamente.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar, Ensino fundamental.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 METODOLOGIA</b>	<b>12</b>
<b>3 RESULTADOS</b>	<b>13</b>
<b>3.1 A PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAL</b>	<b>19</b>
<b>3.2 INCLUSÃO ESCOLAR</b>	<b>20</b>
<b>3.3 A ESCOLA ESTÁ PREPARADA PARA INCLUSÃO?</b>	<b>21</b>
<b>3.4 ESCOLA INCLUI OU EXCLUI?</b>	<b>22</b>
<b>3.5 QUANDO ESCOLA INCLUI E QUANDO EXCLUI?</b>	<b>22</b>
<b>3.6 COMO DEVE SER A ESCOLA QUE INCLUI</b>	<b>23</b>
<b>3.7 AS AÇÕES</b>	<b>25</b>
<b>3.8 TEMOS QUE AGIR URGENTEMENTE</b>	<b>27</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>31</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em inclusão deve-se entender que esta é uma palavra que abrange todo universo, não só no que se diz respeito à escola. Pois, deve ser encarada como um todo, em todas as classes sociais e culturais. Quanto à inclusão na sala de aula que é o foco principal dessa pesquisa, tem que ser de maneira onde todos percebam que não é só a escola aceitar e fazer matrícula de aluno usando a palavra inclusão.

Ela deve ser feita de forma categórica de acordo com a necessidade de cada um em qualquer rede de ensino, desde que esta escola tenha condições físicas apropriadas para receber aquele aluno, como também profissionais capacitados, especializados, e que realmente saibam conduzi-lo no processo desenvolvimento/aprendizagem. É direito e dever da escola também preparar os alunos que já fazem parte do convívio escolar, para receber aqueles que necessitam de cuidados especiais.

O modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, faz-se necessária a transformação. A diferença cultural, social, étnica e religiosa já faz algum tempo que estão presentes na nossa escola, por ser o Brasil um País de multiplicidades, porém, hoje vive-se num mundo onde é impossível fechar os olhos a outras diferenças. A diferença da igualdade. Todos têm direito a ser diferente na igualdade. Isto é, todos os seres humanos, são diferentes em suas modalidades.

Contudo, nunca antes se valorizou tanto o direito natural de cada um, o fato de ser bonito ou feio, magro ou gordo, inteligente ou não, ter duas mãos ou não, poder andar com as próprias pernas ou com ajuda, ter a visão diferente a do vizinho, nossa audição aquém do esperado, e assim por diante.

A diferença está em cada um de poder elevar a sua mais alta potência, suas particularidades. O que faz a diferença é se conseguir sobressair e explorar nossas particularidades. Um bom exemplo se dá aos esportes: o Brasil ganha mais medalhas nas para-olimpíadas do que nas olimpíadas.

Este é o lado positivo da diferença. Porém, assim como a igualdade, a diferença pode ajudar ou não. Por isso, os mesmos direitos a ser iguais, e, a ser diferentes. “Tem-se direito de ser igual quando a diferença não inferioriza e direito de ser diferentes

quando a igualdade descaracteriza” (Boaventura de Souza Santos). Diante dessa realidade, a escola não pode mais continuar ignorando os acontecimentos do Brasil e do mundo; ela é um espelho da sociedade, e se a sociedade muda, ela tem a obrigação de acompanhar. Se a sociedade são todos, a escola é para todos.

É importante salientar que a escola deve estar devidamente preparada para receber os alunos portadores de necessidades especiais, caso contrário não pode-se afirmar que a inclusão está de forma adequada. Como também os profissionais deverão ser capacitados para que não venha ocorrer transtornos, tanto na relação professor/aluno quanto no desenvolvimento com relação ao aprendizado.

Os alunos portadores de necessidades especiais devem receber atenção redobrada do poder público, para que não venham sofrer maiores dificuldades. Os professores não estão preparados para atender esses alunos, pois falta-lhe formação. As universidades precisam assumir, de forma cada vez mais efetiva, o seu papel de formadoras de profissionais de ensino para atuar frente à diversidade do alunado nos diversos níveis de ensino.

Para desenvolver essa pesquisa e investigar a problemática citada, foi feita uma pesquisa qualitativa, descritiva, tendo a finalidade de presenciar e interpretar o desenvolvimento do processo de inclusão de alunos especiais nas salas de aula regular, verificando o dia a dia do ambiente para identificação de processo de rotina dos que estão envolvidos neste processo.

Através dessa metodologia, foi possível realizar o procedimento com observação, de caráter interpretativo, iniciado com algumas perguntas exploratórias, a partir da definição do objeto de pesquisa. Também foi observada através desse método a postura do professor e gestores, a sua interação com os pais, bem como as ações sociais e formas de estratégias para obtenção de resultados.

O universo de amostra da pesquisa foi com gestores e professores da Escola João Francisco de Souza, localizada na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco a fim de obter dados do processo de integração e interação dessas crianças na escola regular sem preconceito.

O primeiro capítulo aborda a importância da inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais na escola regular, a Lei que ampara esses alunos, as

causas e conseqüências que terão que enfrentar. Como também a visão de autores como VYGOTSKY e PIAGET, as novas tecnologias que facilitam o desenvolvimento tanto psicológico, sensorial e motor.

O segundo capítulo aborda as dificuldades enfrentadas na escola, de forma que na maioria das vezes não se tem certeza se realmente a escola está incluindo ou excluindo os alunos portadores de necessidades especiais, devido à precariedade e falta de organização do espaço físico, como dos profissionais que ali trabalham. E também a preocupação para que não haja exclusão.

O terceiro capítulo enfatiza o fato do profissional já ter uma base curricular adequada para trabalhar com estudantes que não necessitam de atendimento especial. No entanto, eles acham que o conhecimento que teem, abrange todos os alunos, resistindo no que se refere a capacitar-se para trabalhar com a inclusão dos alunos especiais.

## **2 METODOLOGIA**

Para a elaboração da pesquisa, segundo os objetivos, o delineamento metodológico teve como suporte a utilização de uma bibliografia diversificada sobre o assunto, e por uma parte prática. Definir a metodologia significa realizar uma escolha de como se pretende investigar a realidade, baseando-se num problema ou numa oportunidade real de uma situação.

Segundo Pádua (1996, p. 33) a pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, textos legais, mapas, fotos, etc. Todo material recolhido deve ser submetido a uma triagem, a partir da qual é possível estabelecer um plano de leitura. Trata-se de uma leitura atenta e sistemática que se faz acompanhar de anotações e fichamentos que, eventualmente, servirão à fundamentação teórica do estudo.

O estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, ou complexo e abstrato. O estudo de caso, quando qualitativo, se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18)

### 3 RESULTADOS

Diante dessas circunstâncias e para que possa atingir os propósitos de formar professores para uma escola de qualidade para todos, idealiza-se um projeto de formação que tem sido adotado por redes de ensino públicas e escolas particulares brasileiras, desde 1991.

A proposta de formação se baseia em princípios educacionais construtivistas, pois reconhece que a cooperação, a autonomia intelectual e social, a aprendizagem ativa e a cooperação são condições que propiciam o desenvolvimento global de todos os alunos, assim como a capacitação e o aprimoramento profissional dos professores.

Nesse contexto, o professor é uma referência para o aluno e não apenas um mero instrutor, pois enfatiza-se a importância de seu papel tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do futuro cidadão. Assim sendo, a formação continuada vai além dos aspectos instrumentais de ensino.

A metodologia que se adota reconhece que o professor, assim como o seu aluno, não aprende no vazio. Assim sendo, parti-se do "saber fazer" desses profissionais, que já possuem conhecimentos, experiências, crenças, esquemas de trabalho, ao entrar em contato com a inclusão ou qualquer outra inovação.

Os projetos de aprimoramento e atualização do professor considera-se fundamental o exercício constante de reflexão e o compartilhamento de idéias, sentimentos, ações entre os professores, diretores, coordenadores da escola. Interessam-nos as experiências concretas, os problemas reais, as situações do dia-a-dia que desequilibram o trabalho, nas salas de aula. Eles são a matéria-prima das mudanças. O questionamento da própria prática, as comparações, a análise das circunstâncias e dos fatos que provocam perturbações e/ou respondem pelo sucesso vão definindo, pouco a pouco, aos professores as suas "teorias pedagógicas".

Espera-se que os professores sejam capazes de explicar o que outrora só sabiam reproduzir, a partir do que aprendiam em cursos, oficinas, palestras, exclusivamente. Incentivam-se os professores para que interajam com seus colegas com regularidade, estudem juntos, o apoio técnico e que estejam abertos para colaborar com seus pares, na busca dos caminhos pedagógicos da inclusão.

O fato de os professores fundamentarem suas práticas e argumentos pedagógicos no senso comum dificulta a explicitação dos problemas de aprendizagem. Essa dificuldade pode mudar o rumo da trajetória escolar de alunos que muitas vezes são encaminhados indevidamente para as modalidades do ensino especial e outras opções segregativas de atendimento educacional.

Daí a necessidade de se formarem grupos de estudos nas escolas, para a discussão e a compreensão dos problemas educacionais, à luz do conhecimento científico e interdisciplinarmente, se possível. Os grupos são organizados espontaneamente pelos próprios professores, no horário em que estão nas escolas e são acompanhados, inicialmente, pela equipe da rede de ensino, encarregada da coordenação das ações de formação.

As reuniões têm como ponto de partida, as necessidades e interesse comuns de alguns professores de esclarecer situações e de aperfeiçoar o modo como trabalham nas salas de aula. O foco dos estudos está na resolução dos problemas de aprendizagem, o que remete à análise de como o ensino está sendo ministrado, pois o processo de construção do conhecimento é interativo e os seus dois lados devem ser analisados, quando se quer esclarecê-lo.

Participa dos grupos, além dos professores, o diretor da escola, coordenadores, mas há grupos que se formam entre membros de diversas escolas, que estejam voltados para um mesmo tema de estudo, como por exemplo, a indisciplina, a sexualidade, a ética e a violência, a avaliação e outros assuntos pertinentes.

A equipe responsável pela coordenação da formação é constituída por professores, coordenadores, que são da própria rede de ensino, e por parceiros de outras Secretarias afins: Saúde, Esportes, Cultura. Nós trabalhamos diretamente com esses profissionais, mas também participamos do trabalho nas escolas, acompanhando-as esporadicamente, quando somos solicitados - minha equipe de alunos e eu.( Maria Teresa Eglér Mantoan)

O direito à diferença nas escolas, portanto, desconstrói o sistema de significação excludente, normativo, elitista da escola atual, com suas medidas e mecanismos de produção da identidade e da diferença. Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular os alunos como PNEE (Portadores de Necessidades Especiais na Escola), como deficientes.

Se a diferença é tomada como parâmetro, não tomamos mais a igualdade como norma e fazemos cair toda uma hierarquia das igualdades e diferenças que sustentam. Por meio dos processos de normalização as escolas e instituições especializadas proclamam o seu poder e propõem sutilmente, com base em características devidamente selecionadas como positivas, a eleição arbitrária de uma identidade “normal,” que regula as suas práticas educativas e as avaliações de seus alunos.

Contrariar a perspectiva de uma escola que se pauta por esses padrões conceituais e organizacionais é fazer a diferença, reconhecê-la e valorizá-la. Somos diferentes de fato e queremos ser, agora, diferentes de direito, na escola e fora dela. Pautamo-nos pelo direito de ser, sendo diferente. Mas isto só não basta é então que nos valemos da ressalva de Souza Santos (1995) que prediz o direito de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza e de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza.

Educação e cultura(s), em nosso entendimento são questões a ser discutidas e ressignificadas no espaço escolar, haja visto que, com a incorporação de um currículo monocultura, transmitindo/impondo valores de uma cultura hegemônica, os alunos estão perdendo cada vez mais sua criatividade e criticidade.

Havendo a necessidade de um planejamento e uma reestruturação das formas de agir na educação, onde os conteúdos estejam adequados a realidade vivida pelos alunos e os objetivos de formação estejam conectados com a necessidade de formar sujeitos capazes de entender e viver num mundo marcado pela diversidade, é que acreditamos na necessidade de buscar subsídios na perspectiva intercultural para orientação das práticas educativas.

Através dessa perspectiva, a qual está embasada nos princípios e eixos norteadores apresentados, acreditamos na possibilidade de contribuir na formação dos alunos e suas possibilidades de agir no mundo como sujeitos emancipados. Contudo, este é um processo a longo prazo que deve ser incorporado desde a formação de professores, pois não se trata de incluir mais uma disciplina no currículo, ou organizar programas eventuais dentro do espaço escolar. E isso, exige conhecimento, interesse, dedicação e planejamento por parte dos professores, saindo da limitação das práticas tradicionais, descontextualizadas, sem sentido e significado

para uma formação autônoma, crítica e criativa, uma efetiva formação cidadã.

Como podemos observar a escola apresenta uma excelente estrutura, tanto no espaço físico quanto na organização, as salas são bem distribuídas e ventiladas, preparadas para acomodar um número pequeno de alunos, com certeza favorecendo no acompanhamento, desenvolvimento e sem dúvida com rendimento satisfatório. O prédio é composto por um andar, funcionando no térreo quatro salas preparadas para alunos do pré-escolar que funciona no turno da manhã e oito salas no primeiro andar onde são acomodados alunos de quinta a oitava série no turno da tarde do ensino fundamental II.

Na hora do intervalo tem funcionários para olhar todos os alunos nos brinquedos, para que não se machuquem, área de recreio para que não venha ocorrer algum transtorno. Observamos também como a professora que trabalha com as crianças portadoras de necessidades especiais, e chegamos a conclusão que ela apresenta um certo grau de responsabilidade e segurança em seu trabalho, que realmente ela sente muito carinho pelos alunos. A direção é composta pelo diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, secretária. Os banheiros são adaptados as séries iniciais. A escola é composta por um número de mil e trezentos alunos.

Semanticamente incluir e integrar tem significados muito parecidos, o que faz com que muitas pessoas utilizem esses verbos indistintamente. No entanto, nos movimentos sociais inclusão e integração representam filosofias totalmente diferentes, ainda que tenham objetivos aparentemente iguais, ou seja, a inserção de pessoas com deficiência na sociedade. Os mal-entendidos sobre o tema começam justamente aí. As pessoas usam o termo inclusão quando, na verdade, estão pensando em integração.

Uma cartilha do Ministério Público Federal, apoiada pelo Ministério da Educação (MEC), que determina a inclusão em escolas comuns de todas as crianças com deficiência tem provocado polêmica e evidenciado uma briga entre duas correntes de especialistas do setor.

De um lado, há os que defendem o direito de todo deficiente de estudar com outras crianças e acreditam que isso levará a uma abertura da escola à diversidade, mudando a educação no País. Do outro, estão tradicionais associações que mantêm escolas especiais e afirmam que certos graus de deficiência não permitem a inclusão.



Para elas, também não há preparo de professores e estrutura na rede pública de ensino para receber todos esses novos alunos.

As APAES, e outras entidades, oferecem ensino até a 4.<sup>a</sup> série e depois disso organizam aulas profissionalizantes, além do atendimento com psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais da área de saúde. Karen Cristina, de 16 anos, pediu e a mãe a tirou da escola regular e a levou de volta à APAE.

"A professora chegou a dizer que ela não tinha condições de estudar lá", diz a mãe, Maria Aparecida dos Santos. A menina tem dificuldade para se locomover e a escola exigia que uma irmã ficasse ao lado dela para ajudá-la. "Ela deixava de comer a merenda porque não tinha quem a levasse."

A procuradora da República Eugênia Fávero, autora da cartilha do Ministério Público Federal, diz que casos como esses devem ser denunciados. O que causou maior polêmica, no entanto, foi o trecho do texto que fala que os pais estão cometendo "crime de abandono intelectual" ao não matricular os filhos com deficiência na rede pública de ensino. "Não é que vamos sair mandando prender os pais, cada caso será analisado pelos promotores.

Quem teve seu filho rejeitado na escola não será penalizado." Cerca de 60 mil cartilhas foram distribuídas para escolas do País. A intenção, segundo Eugênia, foi a de mostrar a legislação já existente sobre o assunto. "Nada é novo lá, o direito de todas as crianças à educação está na Constituição."

A secretária de Educação Especial do MEC, Claudia Dutra, diz que a inclusão é debatida há décadas e as escolas têm se preparado. Entre 1998 e 2004, cresceu de 13% para 34% o percentual de crianças com deficiências atendidas em classes comuns. São 195 mil dos 566 mil que estudam no País.

Ela cita ainda 55 mil professores capacitados entre 2003 e 2004 com esse propósito e um programa do ministério que está formando dirigentes de 106 cidades. "O projeto de inclusão não pode mais ser adiado por entender que as escolas não estão preparadas. A formação não é apenas o treinamento prévio, é preciso matricular a criança, estabelecer a relação professor-aluno e então perceber o que é necessário para que ela aprenda".

A rede pública de ensino brasileira, porém, convivem com salas superlotadas,

baixos salários, má formação dos professores, projetos pedagógicos ultrapassados e estrutura insuficiente. "Como você vai dar atenção a um aluno especial numa sala com 50 crianças?", questiona o presidente do sindicato dos professores de São Paulo (APEOESP), Carlos Ramiro.

Os defensores da inclusão total acreditam que a chegada dessas crianças vai pressionar a escola a entender que a educação moderna respeita o ritmo de aprendizagem de cada aluno, seja ele deficiente ou não. A inclusão é um conceito defendido por educadores do mundo todo. Difícil encontrar quem se oponha à convivência de crianças com algum tipo de deficiência com outras de sua idade, tanto para o desenvolvimento social e educacional como para diminuir o preconceito.

O presidente da Federação Nacional das APAES, Luiz Alberto Silva, também não discorda. Diz que a instituição que preside encaminha cerca de 10 mil crianças por ano para escolas regulares, mas a inclusão não é para todos. "Há casos graves de deficiência em que não se consegue saber qual é o nível de compreensão da criança",

"Ao forçar a barra e com uma recepção inadequada na escola, muitas deixarão de estudar", completa a vice-presidente da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), Ika Fleury.

Para a secretária, é preciso saber diferenciar a educação curricular, oferecida nas escolas comuns, da educação especializada. Dessa última fazem parte o ensino do braile, da língua brasileira de sinais ou mesmo o desenvolvimento cognitivo para deficientes, o que deve continuar sendo oferecido pelas entidades, segundo ela. Silva acusa o governo e o MPF (Ministério Público Federal) de tentar acabar com as escolas especiais, que, segundo ele, prestam serviços essenciais para essa população. "Em municípios onde não estamos, existe ainda deficientes amarrados ao pé da cama."

As instituições sem fins lucrativos e ONGs se mantêm também com dinheiro do governo. Só o MEC repassou, em 2004, R\$ 51 milhões em ajuda de transporte escolar, merenda e livros didáticos, entre outros. "A escola regular é o lugar onde as gerações se encontram e se relacionam os que tem alguma deficiência também têm esse direito", diz Claudia Werneck, fundadora da ONG Escola de Gente, que organiza projetos para jovens, empresas e outros grupos para difundir a inclusão. "Gerações e gerações de brasileiros são criadas para discriminar as pessoas em razão de suas

diferenças. Isso tem que mudar."

### **3.1 A PESSOA COM NECESSIDADE ESPECIAL**

Como destacou Vygotsky, é sumamente relevante para o desenvolvimento humano o processo de apropriação, por parte do indivíduo, das experiências presentes em sua cultura. O autor enfatiza a importância da ação, da linguagem e dos processos interativos na construção das estruturas mentais superiores (VYGOTSKY, 1987). O acesso aos recursos oferecidos pela sociedade, escola, tecnologias, etc., influencia determinantemente nos processos de aprendizagem da pessoa.

Entretanto, as limitações do indivíduo com deficiência tendem a tornar-se uma barreira a este aprendizado. Desenvolver recursos de acessibilidade seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e inserir esse indivíduo nos ambientes ricos para a aprendizagem, proporcionados pela cultura.

Outras dificuldades que as limitações de interação trazem são os preconceitos a que o indivíduo com deficiência está sujeito. Desenvolver recursos de acessibilidade também pode significar combater esses preconceitos, pois, no momento em que lhe são dadas às condições para interagir e aprender, explicitando o seu pensamento, o indivíduo com deficiência mais facilmente será tratado como um "diferente-igual". Ou seja, "diferente" por sua condição de pessoa com deficiência, mas ao mesmo tempo "igual" por interagir, relacionar-se e competir em seu meio com recursos mais poderosos, proporcionados pelas adaptações de acessibilidade de que dispõe. É visto como "igual".

Portanto, na medida em que suas "diferenças", cada vez mais, são situadas e se assemelham com as diferenças intrínsecas existentes entre todos os seres humanos, esse indivíduo poderá, então, dar passos maiores em direção à eliminação das discriminações, como consequência do respeito conquistado com a convivência, aumentando sua autoestima, porque passa a poder explicitar melhor seu potencial e pensamentos.

É sabido que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura e, sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação no mundo (LEVY, 1999).

Essa constatação é ainda mais evidente e verdadeira quando se refere as pessoas com deficiência. Nesses casos, as TICs podem ser utilizadas ou como Tecnologia Assistiva, ou através de Tecnologias Assistivas.

Utiliza-se as TICs como Tecnologia Assistiva quando o próprio computador é a ajuda técnica para atingir um determinado objetivo. Por exemplo, o computador utilizado como caderno eletrônico, para o indivíduo que não consegue escrever no caderno comum de papel.

Por outro lado, as TICs são utilizadas através de Tecnologias Assistivas, quando o objetivo final desejado é a utilização do próprio computador, para o que são necessárias determinadas ajudas técnicas que permitam ou facilitem esta tarefa. Por exemplo, adaptações de teclado, de mouse, software especiais, etc. Definindo, Tecnologia Assistiva é toda e qualquer ferramenta ou recurso utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia à pessoa com deficiência.

O objetivo da Tecnologia Assistiva é: "Proporcionar à pessoa portadora de deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação da comunicação, mobilidade, controle do seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, competição, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade."... "Podem variar de um par de óculos ou uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado". (Teófilo Alves Galvão Filho e Luciana Lopes Damasceno).

### **3.2 INCLUSÃO ESCOLAR**

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os provocam e exigem da escola brasileira, novos posicionamentos, e, é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um

de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos, não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois, não apenas os diferentes são excluídos, mas também os que são pobres, os que não vão às aulas porque trabalham, os que pertencem a grupos discriminados, os que de tanto repetir desistiram de estudar.

### **3.3 A ESCOLA ESTÁ PREPARADA PARA INCLUSÃO?**

Aprender a incluir para chegar ao máximo do objetivo da escola, que é educar com qualidade a todos, sem distinção. Desde deficientes físicos aos portadores de diferentes habilidades, as diferenças entre as pessoas estão na pauta de órgãos como o Sinpro-Rio, sociedades médicas e colégios.

Entretanto, os professores e profissionais ligados à educação reconhecem que o trabalho de inclusão ainda é difícil e está apenas começando no Brasil. Veja, a seguir, a opinião de profissionais da educação ao serem questionados sobre a capacidade de inclusão das escolas atuais.

"A escola precisa de investimento para se preparar para fazer esta inclusão. Ainda falta muito, pois nem o espaço físico para receber os deficientes foi modificado, o que seria a parte mais fácil do processo. Que dirá a mentalidade dos educadores para lidar com essa quantidade de alunos diferentes." (Lúcia Rodrigues -Professora).

"Ela não está preparada para receber qualquer aluno, que não apresente tantas diferenças. Um estudante que precise de outros cuidados muito menos. Ve-se uma falta de qualificação da nossa parte e de nossos colegas, que ainda falta um bom caminho para conseguirmos lidar com todos os alunos." (Fátima Simões – Professora)

Falta conhecimento sobre estes temas tanto da escola, como para os educadores e da população em geral. Nem os pais sabem como e o que são estas possíveis diferenças que acontecem com as crianças. Há uma desinformação geral.

“Nem a escola particular tem condições de receber esses alunos comentados no Simpósio. Vemos que o próprio espaço físico não é apropriado para receber qualquer aluno. Em escolas que se dizem próprias para deficientes onde faltavam rampas e aulas que estivessem de acordo com os alunos.” (Tássia Spinelli – Fonoaudióloga)

### **3.4 ESCOLA INCLUI OU EXCLUI?**

Já por aqui tem-se falado de inclusão. Ora, incluir passa por viver em comum em todos os espaços. E, sobretudo nos dois espaços capitais onde o ser humano interage ao longo da vida, primeiro na escola e depois na profissão.

No caso dos aspergers, pensa-se que a grande maioria é inclusive passível de uma inclusão enquadrada naqueles dois meios, escola pública e rede privada, onde é testado o grau de desenvolvimento do aluno. Porém, não é a isso que é assistido. Existindo mesmo uma diferença chocante entre a inclusão nesses dois espaços.

A escola é com maiores ou menores problemas e acidentes de percurso, inclusiva. O mercado laboral – público e privado – não é inclusivo. Pelo contrário, é profundamente exclusivo e marcado por lógicas estritamente economicistas. E sendo assim, tem-se aqui uma contradição insanável nas políticas públicas de inclusão.

É que não vale a pena investir numa escola inclusiva até ao 9.º ano – note-se que em breve será até ao 12.º ano - para os jovens com síndrome de asperger e com outras patologias similares, para depois os atirmos para instituições de deficientes mentais onde ficam apenas *ocupados* até ao fim da vida! Isto não é aderente

Ou aposta-se também na sua integração social e laboral e, então, vale a pena o investimento feito até ao final do ensino obrigatório. Ou apenas os ensina a ler , escrever e contar ou continua-se a atirar para as instituições onde hoje estão. A situação que atualmente existe é que não só não é consequente como é contraditória.

### **3.5 QUANDO ESCOLA INCLUI E QUANDO EXCLUI?**

Quando se fala em Educação no Brasil, o que comparece é sempre uma postura meio cínica por parte de toda essa atitude não é exclusividade dos políticos. É inconcebível pensar uma Educação saudável sem antes olhar para alguns pontos importantes da nossa vida social: É preciso que haja um controle de natalidade responsável em nosso país. O dinheiro público, aqui, serve para suprir as

necessidades de uma população que cresce desordenadamente e para privilegiar um grupo expressivo de políticos oportunistas que usam os populares como massa de manobra para seus projetos.

É necessário distribuir melhor a renda nos grandes centros urbanos. Mais precisamente, é preciso repensar a bolsa família e alguns incentivos sociais nos grandes aglomerados. É preciso resgatar a ideia saudável de que trabalhar dignifica a pessoa. A escola não pode ser o único espaço de inclusão social. A escola tem uma importância científica e cultural que está sendo deixado de lado para se tornar um lugar onde se abandona crianças e jovens esperando que estes sejam educados milagrosamente. Não há preocupação em ouvir o profissional de educação. Políticos passeiam pela administração pública e tomam atitudes isoladas e oportunistas.

A população, por sua vez, não se interessa pelo assunto porque não reconhece seus direitos (foram empobrecidos por uma escola pobre) ou porque simplesmente não quer (afinal, aprendeu que o importante é: "deixa a vida me levar"). Não é a vida que está nos levando. O resultado de tudo que incomoda uma pessoa honesta é fruto da desordem e da falta de compromisso com a coletividade por parte dos ditos "cidadãos" e homens "públicos" brasileiros. A fala de uma professora numa reportagem. Dizia: "É preciso que haja uma "escola de todos e com todos" e não uma "escola para todos". (Paulo C M Fernandes). Entendo o que ela quer expressar: a escola não é saudável se não houver um compromisso, uma responsabilidade por parte de todos que lá estão e que tenham interesse nos que lá estão.

Escola para todos também me parecer uma ideia irresponsável e demagoga. Numa sociedade complexa como a nossa, não cabe uma atitude tão genérica. É urgente o cuidado com a particularidade das regiões e uma responsabilidade fiscalizadora que grande parte da nossa população não possui. Quando penso nisso, vem logo à mente: salas de aulas superlotadas, professores desesperados sem saber o que fazer administração escolar passiva e comprometida com politicagem local, servidores acomodados e calados por uma falsa ideia de que a Educação está finalmente democratizada.

### **3.6 COMO DEVE SER A ESCOLA QUE INCLUI**

É preciso mudar a escola e mais precisamente o ensino nelas ministrado. A escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da

educação na virada do século. Mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige trabalho em muitas frentes. Destaca-se as que considera-se primordiais, para que se possa transformar a escola, em direção de um ensino de qualidade e, em consequência, inclusivo.

Grande parte dos profissionais da área clínica, dos professores especializados e das escolas comuns desconhece que os alunos com deficiência são capazes de transpor para prosseguirem seus estudos em ambientes escolares inclusivos e ainda acreditam no ensino escolar individualizado e adaptado, como o ideal e o mais adequado para suas necessidades, principalmente no caso do educando com deficiência mental.

Ocorre que toda adaptação predefinida pelo professor ensina o aluno a ser dependente, limitado, reativo, negando-lhe a oportunidade de construir conhecimentos, segundo as suas capacidades. É ainda uma maneira de manter a velha fórmula de decidir pelo outro, de impor-lhe um padrão de normalidade, estabelecido por relações de poder/saber hegemônicas, que controlam de fora o que o aluno deve ou não deve ser, aprender e conhecer.

E, então, o que fazer? Adaptar o ensino ou deixar o aluno à deriva, só, abandonado e tentando descobrir a resposta certa? Adaptar o ensino, assim como outros aparatos pedagógicos não conduz à inclusão. Esta inovação implica em uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização geral das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo em seu todo.

Baseada no estar junto e nos propósitos e procedimentos de ensino, que decidem o que falta ao aluno e ao de que ele necessita para cursar a escola comum, a adaptação funciona como um processo regulador externo da aprendizagem. Em outras palavras, quando adaptar currículos, selecionam-se atividades e formulam-se provas diferentes, simplifica-se objetivos educacionais para alunos com dificuldade de aprender e assim continua-se a perpetuar a discriminação, a diferenciação pela deficiência ensino segregada.

Na sua versão inclusiva, a adaptação é consequência da auto regulação do processo de aprendizagem, pois é o aluno quem se adapta ao conhecimento, de acordo com suas possibilidades de assimilar o novo ao que já conhece.



Entender esse sentido da adaptação é importante, pois pode-se confundir com o que é exigido dos alunos, na modalidade de inserção conhecida como “integração escolar”, na qual os alunos com e sem deficiências precisam se adaptar ao que a escola exige para não serem excluídos e/ou encaminhados a serviços de educacionais segregados, até estarem prontos para cursar a escola regular.

Nunca é demais lembrar que aprender é uma ação humana criativa, individual heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada.

É a diversidade das petições que enriquece os nossos saberes na escola e que clareia o nosso entendimento – essa diversidade que deriva das formas singulares de nos adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo, a uma situação problema, a um novo tema de estudo.

Ensinar, por sua vez, é um ato coletivo e homogêneo, que o professor realiza, disponibilizando a todos um mesmo conhecimento. Ao invés de se dedicarem à pseudo-necessidade de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, os professores deveriam recriar suas práticas e valorizar a capacidade de seus alunos de se adaptarem ao ensino ministrado.

Os alunos com e sem deficiências, deveriam estar vivendo a liberdade de aprender, tendo o reconhecimento de seus mestres pelo que conseguem construir no domínio intelectual, seja qual for o seu nível de entendimento atingido.

Assegurar o direito à diferença na escola é ensinar a incluir e, se a escola não tomar para si esta tarefa, a sociedade continuará perpetuando a exclusão nas suas formas mais sutis e mais selvagens.

### **3.7 AS AÇÕES**

Sendo relacional e dialógico e ao mesmo tempo singular, o ser humano se constrói no encontro com o outro e nos embates com as diferenças. Diante dessa perspectiva personalista e relacional da constituição da identidade e das inovações propostas pela inclusão escolar, à ética que subjaz ao atendimento oferecido pelas instituições educacionais corre o risco de nos fazer cair nas armadilhas das diferenças (Pierucci, 1999).

Conviver com o outro, reconhecendo e valorizando as diferenças é uma experiência essencial à nossa existência, mas é preciso definir a natureza dessa experiência, para não se confundir o estar com o outro, com o estar junto ao outro. Estar junto ao outro tem a ver com o que o outro é – um ser que não é como você que não é você. Essa relação forja uma identidade, imposta e rotulada pelo outro.

Estar com o outro tem a ver com quem é o outro, esse desconhecido, esse enigma, que se tem de decifrar, para saber quem ele é, e que vai sendo desvelado, reconhecido na medida em que se constrói entre nós uma relação, um vínculo responsável por nossa constituição como seres que não se repetem e pela construção de identidades móveis, voláteis, não fixadas, nem de fora e nem de dentro de nós mesmos.

Não se pode negar que o nosso tempo é o tempo das diferenças e que a globalização tem sido, mais do que uniformizadora, pluralizam-te, contestando as antigas identidades especializadas, como nos destaca Pierucci (1999). Tem-se o direito de ser, sendo diferentes e, se já reconhece que são diferentes de fato, a novidade está em querer ser também diferentes de direito. Três pontos são fundamentais na articulação do tema que nos propusemos a discutir: a experiência da inclusão, a valorização das diferenças e a ética que sustenta os propósitos de inclusão escolar. Mais do que a discussão em torno das diferenças e da igualdade considerar a experiência da inclusão. Essa experiência é ainda incipiente é muito recente nas escolas e demais instituições, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão.

A inclusão remete à consideração da diferença, como um valor universal, que é disponível a todos – desde os elementos de um dado grupo étnico, religioso, de gênero, à humanidade como um todo. A valorização das diferenças, no entanto, nos leva a perguntar: a igualdade teria perdido o seu valor? Essa igualdade pela qual sempre lutamos que exige o mesmo tratamento legal e político para todos, estaria sendo desvalorizada, em favor do culto à diferença?

Viver a inclusão e entender as diferenças – eis um desafio que não é dos mais fáceis a enfrentar, embora cada vez mais, desde a metade dos anos setenta, a nossa consciência esteja se abrindo para essa mudança, ou seja, para o fato de somos

diferentes, haja vista a celebração da Consciência Negra, em 20/11/2001 e outras manifestações similares a que temos assistido, ultimamente.

Conquanto tenha-se e proclame-se “convicções éticas” e “procedimentos éticos” e pretenda-se distinguir uma ação ética de uma ou antiética, o fato é que se desconhece, na maior parte das vezes, os fundamentos que estão subjacentes aos nossos comportamentos, julgamentos e posicionamentos diante de uma causa.

E se, segundo pressupostos filosóficos e valores, mas nem sempre cômicos do que está por detrás desse agir. Onde estaria, então, a origem dos valores e exigências éticas, que regulam o comportamento social? Descobri-los implica em identificar os paradigmas que os sustentam. As leis naturais e as positivas têm sido um caminho para quem busca essa identificação.

Em sua versão religiosa, a lei natural emana de um Criador e fundamenta-se na natureza. Na versão secular, seus princípios de base são os direitos fundamentais dos seres humanos, dos quais a educação é um deles. As leis positivas são uma areação à lei natural e surgem a partir do relativismo cultural; questionam a concretude das leis naturais, por serem as mesmas para todas as culturas e épocas da nossa história.

Sejam as leis naturais ou positivas, ao discutimos a inclusão escolar, a questão está em saber se seriam elas suficientes para nos esclarecer: que valores éticos iluminam as nossas ações, na direção da inclusão escolar, ou melhor, o que nos leva a lutar em favor de uma escola para todos? Propostas e políticas educacionais que proclamam a inclusão estão realmente considerando as diferenças na escola, ou seja, alunos com deficiências e todas as demais excluídos e que são as sementes da sua transformação? Essas propostas reconhecem e valoriza as diferenças, como condição que possibilita avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar?

### **3.8 TEMOS QUE AGIR URGENTEMENTE**

Colocando a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam; garantindo tempo para que todos possam aprender e reprovando a repetência; abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades

mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; estimulando, formando continuamente e valorizando o professor que é o responsável pela tarefa fundamental da escola - a aprendizagem dos alunos; elaborando planos de cargos e aumentando salários, realizando concursos públicos de ingresso, acesso e remoção de professores.

A aprendizagem e a construção do conhecimento são processos naturais e espontâneos do ser humano que desde muito cedo aprende a mamar, falar, andar, pensar, garantindo assim, a sua sobrevivência. Com aproximadamente três anos, as crianças são capazes de construir as primeiras hipóteses e já começam a questionar sobre a existência.

A aprendizagem escolar também é considerada um processo natural, que resulta de uma complexa atividade mental, na qual o pensamento, a percepção, as emoções, a memória, a motricidade e os conhecimentos prévios estão envolvidos e onde a criança deva sentir o prazer em aprender.

O estudo do processo de aprendizagem humana e suas dificuldades são desenvolvidos pela Psicopedagogia, levando-se em consideração as realidades interna e externa, utilizando-se de vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os.

Procurando compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, orgânicos, familiares, sociais e pedagógicos que determinam à condição do sujeito e interferem no processo de aprendizagem, possibilitando situações que resgatem a aprendizagem em sua totalidade de maneira prazerosa.

Maria Lúcia Weiss, “a aprendizagem normal dá-se de forma integrada no aluno (aprendiz), no seu pensar, sentir, falar e agir. Quando começam a aparecer “dissociações de campo” e sabe-se que o sujeito não tem danos orgânicos, pode-se pensar que estão se instalando dificuldades na aprendizagem: algo vai mal no pensar, na sua expressão, no agir sobre o mundo”.

Atualmente, a política educacional prioriza a educação para todos e a inclusão de alunos que, há pouco tempo, eram excluídos do sistema escolar, por portarem deficiências físicas ou cognitivas; porém, um grande número de alunos (crianças e adolescentes), que ao longo do tempo apresentaram dificuldades de aprendizagem e

que estavam fadados ao fracasso escolar pôde frequentar as escolas e eram rotulados em geral, como alunos difíceis.

Os alunos difíceis que apresentavam dificuldades de aprendizagem, mas que não tinha origens em quadros neurológicos, numa linguagem psicanalítica, não estruturam uma psicose ou neurose grave, que não podiam ser considerados portadores de deficiência mental, oscilavam na conduta e no humor e até dificuldades nos processos simbólicos, que dificultam a organização do pensamento, que conseqüentemente interferem na alfabetização e no aprendizado dos processos lógico-matemáticos, demonstram potencial cognitivo, podendo ser resgatados na sua aprendizagem.

Raramente as dificuldades de aprendizagem têm origens apenas cognitivas. Atribuir ao próprio aluno o seu fracasso, considerando que haja algum comprometimento no seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo, linguístico ou emocional (conversa muito, é lento, não faz a lição de casa, não tem assimilação, entre outros.), desestruturação familiar, sem considerar, as condições de aprendizagem que a escola oferece a este aluno e os outros fatores intraescolares que favorecem a não aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem na escola podem ser consideradas uma das causas que podem conduzir o aluno ao fracasso escolar. Não se pode desconsiderar que o fracasso do aluno também pode ser entendido como um fracasso da escola por não saber lidar com a diversidade dos seus alunos.

É preciso que o professor atente para as diferentes formas de ensinar, pois, há muitas maneiras de aprender. O professor deve ter consciência da importância de criar vínculos com os seus alunos através das atividades cotidianas, construindo e reconstruindo sempre novos vínculos, mais fortes e positivos.

O aluno, ao perceber que apresenta dificuldades em sua aprendizagem, muitas vezes começa a apresentar desinteresse, desatenção, irresponsabilidade, agressividade, entre outras coisas. A dificuldade acarreta sofrimentos e nenhum aluno apresenta baixo rendimento por vontade própria.

Durante muitos anos os alunos foram penalizados, responsabilizados pelo fracasso, sofriam punições e críticas, mas, com o avanço da ciência, hoje não pode-

se limitar a acreditar, que as dificuldades de aprendizagem, seja uma questão de vontade do aluno ou do professor, é uma questão muito mais complexa, onde vários fatores podem interferir na vida escolar, tais como os problemas de relacionamento professor-aluno, as questões de metodologia de ensino e os conteúdos escolares.

Se a dificuldade fosse apenas originada pelo aluno, por danos orgânicos ou somente da sua inteligência, para solucioná-lo não teria necessidade de acionar a família, e se o problema estivesse apenas relacionado ao ambiente familiar, não haveria necessidade de recorrer ao aluno isoladamente.

A relação professor/aluno torna o aluno capaz ou incapaz. Se o professor o tratar como incapaz, não será bem-sucedido, não permitirá a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. Se o professor se mostrar despreparado para lidar com o problema apresentado, mais chance terá de transferir suas dificuldades para o aluno.

Os primeiros a ensinar são os pais, com eles aprendem-se as primeiras interações e ao longo do desenvolvimento, aperfeiçoa. Estas relações, já estão constituídas na criança, ao chegar à escola, que influenciará consideravelmente no poder de produção deste sujeito. É preciso uma dinâmica familiar saudável, uma relação positiva de cooperação, de alegria e motivação.

Torna-se necessário orientar aluno, família e professor, para que juntos, possam buscar orientações para lidar com alunos/filhos, que apresentam dificuldades e/ou que fogem ao padrão, buscando a intervenção de um profissional especializado. Dicas para os pais estabelecerem uma relação de confiança e colaboração com a escola:

1. Escute mais e fale menos;
2. Informe aos professores sobre os progressos feitos em casa em áreas de interesse mútuo;
3. Estabelecer horários para estudar e realizar as tarefas de casa;
4. Sirva de exemplo, mostre seu interesse e entusiasmo pelos estudos;
5. Desenvolver estratégias de modelação, por exemplo, existe um problema para ser solucionado, pense em voz alta;
6. Aprenda com eles ao invés de só querer ensinar;

7. Valorize sempre o que o seu filho faz, mesmo que não tenha feito o que você pediu;
8. Disponibilizar materiais para auxiliar na aprendizagem;
9. É preciso conversar, informar e discutir com o seu filho sobre quaisquer observações e comentários emitidos sobre ele.

Cada pessoa é uma. Uma vida é uma história de vida. É preciso saber o aluno que se tem como ele aprende. Se ele construiu uma coisa, não se pode destruí-la. O psicopedagogo ajuda a promover mudanças, intervindo diante das dificuldades que a escola nos coloca, trabalhando com os equilíbrios/desequilíbrios e resgatando o desejo de aprender.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho desenvolvido em forma de pesquisa científica foi de grande relevância para nós enquanto futuros educadores, uma vez que, promovendo um intercâmbio entre teoria e prática, conseguimos conhecer, embora de forma limitada, como acontece à educação para portadores de necessidades especiais, quais suas limitações e que perspectivas têm para o futuro.

Evidenciamos por meio das entrevistas, que algumas ações desencadeadas nos últimos anos, têm amenizado significativamente os problemas enfrentados pelos alunos PNEE (Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais na Escola), na medida em que já frequentam escolas comuns do ensino regular, onde conseguem, de certa forma, avançar nos estudos, aprender novas formas de se relacionar com os colegas, ser alfabetizado e adquirir conhecimentos significativos para sua vivência em sociedade.

No entanto, percebemos ainda, obstáculos a serem superados pela escola, notadamente no que se refere à qualidade dos recursos humanos e materiais, dentre eles a falta de profissionais qualificados e materiais didáticos especializados.

Como viabilizar ações interinstitucionais a partir de relações que promovam a inclusão da pessoa portadora de deficiência na comunidade? O apoio de profissionais com especialidades clínicas e de reabilitação seria relevante na formação de educadores, professores, agentes comunitários da rede local, potencializando-os ao atendimento direto da criança e dos adolescentes portadores de deficiência. Em geral,

os serviços especializados têm sido desenvolvidos com uma abordagem interinstitucional, sendo que as instituições não engendram atividades de impacto na comunidade.

Alguns educadores comunitários expuseram as dificuldades em relação à formação e capacitação no atendimento direto às crianças portadoras de deficiência. Quais os recursos necessários? Qual a forma de abordagem? Conhecimento sobre tipos de deficiência. Em geral, o corpo docente da rede de ensino sente a necessidade de discussão e formação para o atendimento mais qualitativo dos alunos portadores de deficiência ao assumir a necessidade de formação em recursos humanos e adequação de espaços, mobiliários e materiais.

Percebemos, porém, que estimular a participação e o envolvimento dessas famílias nos fóruns de discussão e de representação se faz necessária como forma de fortalecimento e apropriação dessa temática, não apenas no espaço singular, mas também no coletivo, em que se desenvolvem políticas públicas de atenção às pessoas portadoras de deficiências.

O ambiente escolar apresenta um estímulo à competitividade, à negação das diferenças e uma tendência a valorizar a homogeneidade, enfim, a escola requisita o aluno ideal e realiza suas ações para atender a esse aluno idealizado. Não há espaço para ser diferente e único, para estabelecer um diálogo com a diversidade.

Quando se fala de um sistema de ensino inclusivo, é necessário falar de uma mudança de comportamento, atitudes, valores e conceitos. Os processos de inclusão escolar são viáveis, mas merecem um olhar cuidadoso para as práticas e para as relações que se estabelecem no cotidiano escolar em relação ao aluno com deficiência. A inclusão escolar desses alunos não se restringe a ocupar um espaço na sala de aula. Ela implica um processo de ressignificação da deficiência e do lugar que esse indivíduo ocupa na sociedade.

Quando falamos de uma sociedade inclusiva, pensamos naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que aprendemos a conviver contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos. Isso implica numa sociedade onde cada um é responsável pela qualidade de vida do outro, mesmo quando esse outro é muito diferente de nós.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações curriculares estratégicas para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 1997.
- CUNHA, M. I. da. **O Bom Professor e a sua Prática**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- GOMES, Candido Alberto. **A Educação em Perspectiva Sociológica**. 3ª ed. São Paulo: EPU, 1994.
- MATOS, E. A. **Deficiente Mental: Integração, inclusão e exclusão**. 11 de nov. de 2008.
- MORIN, Edgard. **A Cabeça Bem Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- PARO, V. H. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001. PIERUCCI, Antonio. Flávio. **As Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Entrevista com Prof. Boaventura de Souza Santos.
- SOARES, Magda. **Linguagem e Escola**. Uma perspectiva social. 15ª ed., São Paulo: Ática, 1997.
- TAVARES, J. **Uma Sociedade que Aprende e se Desenvolve: Relações Interpessoais**. Porto: Porto, 1996.
- VYGOTSKY, LEV S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p 135.
- VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 168p.